

A antena política de Sarney

Manoel Francisco Brito

Jornal do Brasil — É dando que se recebe? Antonio Carlos Magalhães — Não. Entretanto, por uma questão de coerência, o governo como um todo deve ter na sua estrutura homens capazes e leais a quem os convocou. O famoso verso de São Francisco é empregado no dia-a-dia de todo o cidadão. Mas ele pode ser perigoso se usado na política, porque dá a impressão de que o governo não tem fronteira nem para dar, nem para receber.

JB — Como assim? Qual é a fronteira? ACM — É como se alguém pudesse dar um copo d'água em troca de uma mina de ouro. **Roberto** (deputado Roberto Cardoso Alves) já pagou um preço elevado pela sua comparação. Para o governo, chegou o momento de dizer claramente o que se pode "negociar" no campo político para se alcançar os objetivos que nós julgamos acertados para o Brasil.

JB — Pode se negociar eticamente? ACM — Exatamente.

JB — Como? ACM — Em primeiro lugar, deve-se verificar o aspecto legal de cada negociação. Depois, o administrador ou governo deve determinar o que pode ser concedido sem ferir aspectos morais. Para tanto, é preciso também que a hipocrisia não substitua uma situação que existe na política de todos os países. Um governante forma a sua equipe com homens que ele considera capazes, fiéis, ou os que o ajudaram na vitória. Não há outra maneira de se recrutar uma equipe, o que não significa que os nomes que a compõem sejam sempre os mesmos no decorrer de um mesmo governo, até porque o governante deve ter o dever de substituir aqueles que não estão rendendo o que deles se esperava.

JB — Como deve ser feita esta reavaliação? ACM — Esta avaliação deve ser ao mesmo tempo política e administrativa e ser feita todos os dias por qualquer chefe de governo.

JB — Como ela se dá na prática? ACM — Ainda há pouco, vimos parlamentares dos mais opositores numa famosa lista da Seplan - aquela de verbas beneficiando diversos municípios. Muitos destes parlamentares condenam seus colegas que obtêm, através do governo federal, melhorias para as áreas de onde tiram seus votos, esquecendo-se de que fazem exatamente o mesmo. No caso, o erro não está em se tentar conseguir melhorias, mas em condenar este tipo de ação. É uma obrigação de todo o homem público, e particularmente do parlamentar, solicitar verbas para seus municípios. É missão do governo fiscalizar a alocação de recursos. O que não se pode fazer é reivindicar recursos para obras inexistentes ou dar comissões para quem consegue verbas.

JB — Quem deve ser atendido pelo governo? ACM — O governo tem sempre que atender ao bom plano e se empenhar para que aqueles que estejam em suas fileiras tenham projetos bons e suficientes para serem aprovados e apoiados. Num país carente como o Brasil... Antes de 64, isso existia, apenas eram verbas que constavam do orçamento. As obras tinham seus recursos liberados mas eles nunca eram aplicados na execução. Na Bahia, por exemplo, existia um hospital que, embora tivesse a verba alocada para sua construção, nunca ficou pronto. Isso aconteceu no fim da década de 50. Por essas e outras é que o ex-ministro Mário Henrique Simonsen tem razão quando diz que, no Brasil, às vezes, é mais barato pagar comissões aos empreiteiros do que executar uma obra. As pretensões dos políticos são sempre mais modestas. As grandes obras nunca são lembradas pelos governos. Os grandes empreiteiros se encarregam disso. É por causa desta eterna lembrança que em 79 o ministro Simonsen proferiu sua famosa frase.

JB — Quer dizer então que os políticos não fazem pedidos descabidos? ACM — Não. O que não significa que dezenas ou centenas de pedidos tenham sido recusados porque não se enquadravam na legislação ou porque não constavam na relação de planos do Ministério das Comunicações. Mas nem por isso deixo de ser acusado de estar distribuindo concessões com base em critérios exclusivamente políticos. A verdade é que não há nenhuma concessão que não tenha sido contemplada antes pelo plano nacional de radiodifusão. Este plano existe e pauta as concessões de canais de rádio e TV. Os interessados num determinado canal entram numa concorrência onde são levados em conta os critérios da legislação sobre o assunto — e que são basicamente a disponibilidade de um canal na área solicitada, as condições em que o grupo que o solicita pretende colocá-lo no ar a verificação de se este grupo tem vínculos com o local pedido para a concessão, pois é importante que já exista algum tipo de estrutura montada na área, evitar-se o monopólio naquele lugar. O plano é público e é dele que nos valemos para dar uma concessão.

JB — Por que sai tanta concessão de canais de rádio e TV para políticos? ACM — Os políticos são representantes das reivindicações de seus lugares de origem. E pedem uma rádio que, se será usada como braço de suas campanhas, também terá uma programação de lazer. E veja bem, nem sempre ganhar uma concessão é um bom negócio. Sempre é, porém, um excelente instrumento político. Nas grandes cidades, quase sempre estas concessões acabam sendo lucrativas. No interior a coisa é bem diferente.

JB — O Sr acha boa a legislação que cuida das concessões no Brasil? ACM — Há reclamações no Congresso quanto aos critérios utilizados para se determinar uma concessão. No entanto, poucos parlamentares cuidaram de oferecer sugestões ou leis sobre diferentes critérios ao Ministério. Os que estão criticando deveriam fazê-las. Seria uma grande contribuição para o governo.

JB — Não havia prova? ACM — Como é que eu vou provar que alguém deu 300 ou 400 milhões para o ajudante de ordens ou o secretário no Planalto para garantir sua concessão?

JB — O Sr acha que deveria haver alguma restrição aos políticos para a concessão de canais de rádio e TV? ACM — Satisfeitas as condições previstas na lei, não vejo por que o político não tenha direito a pleitear algo, sobretudo para os amigos que o apóiam, para os correligionários.

JB — Os políticos são favorecidos de acordo com o Partido a que pertencem? ACM — É indistinto, pode ser do governo ou da oposição.

JB — Um político que defenda um mandato de quatro anos para Sarney leva chances de conseguir uma concessão? ACM — Leva. Entretanto eu preferiria dar

□ O Ministério das Comunicações não é, em si, dos mais políticos. Mas seu atual titular, Antonio Carlos Magalhães, é. E, em suas mãos, a pasta acabou virando uma das principais antenas políticas do governo José Sarney, senão a principal, segundo as versões que lhe conferem o papel informal de primeiro-ministro do presidencialismo. Dessa definição ele foge. Mas não disfarça a intimidade crescente que ganhou com Sarney à medida que o governo perdia apoio no PMDB e mergulhava na crise com a Constituinte, a ponto de se reconhecer a sua influência até no estilo mais duro e polêmico que o presidente adotou ultimamente. Com essas credenciais, Antonio Carlos Magalhães ocupou a linha de frente na luta de Sarney pelo mandato de cinco anos e o Ministério das Comunicações denunciado insistentemente como instrumento para barganhas em que os constituintes estariam trocando votos por canais de rádio e televisão. Nesta entrevista, o ministro explica onde acabam as razões políticas e começam os critérios técnicos nas concessões do governo.



JB — O Sr vê algum problema nas normas atuais? ACM — Para toda concessão é aberta uma concorrência. Muitos grupos costumam entrar na disputa. Mas há situações em que ninguém concorre, ou por falta de interesse ou porque há muitas dúvidas sobre os custos da empreitada, como é o caso de uma série de concessões para as quais abrimos concorrência na Bahia. Eu abro concorrências limpas, com edital publicado nos jornais, etc. Nós passamos na nossa administração o tempo de transferência de ações de uma concessão de canal de dois para cinco anos, pois o costume era de ganhar uma concessão e passá-la adiante o mais rápido possível. Além disso, apresentei proposta para cassar todas as concessões dadas no final do governo Figueiredo, onde além da influência política para se conseguir os canais havia também casos de influência administrativa. Pessoas que nem sempre eram da região onde a concessão havia sido solicitada obtiveram suas concessões, traficando favores no Palácio do Planalto, como aconteceu com um célebre caso em Curitiba. Propus que a anulação incluísse as concessões dadas entre outubro de 84 e março de 85. O assunto foi estudado pelo consultor Darcy Bessone, que não permitiu, em parecer aprovado pelo presidente Sarney, a pura e simples anulação e sim o exame caso a caso e a apresentação da evidência de desvio de poder ou abuso de autoridade, sem excluir um plano de reparação para as concessões que viessem a ser cassadas. O parecer dizia ainda que os "vícios existentes tinham que ser precisamente indicados". Na prática isto inviabilizou e quase todas acabaram renovadas.

JB — Existe alguém que defenda o mandato de quatro anos que tenha ganho uma concessão? ACM — Mas há inúmeros deles. Não me cabe apontá-los, até porque acho que estavam no direito de pedir concessões.

JB — O senador Mário Covas teria sido um deles? ACM — Sim. Ele fez o pedido para um amigo de Santa Bárbara do Oeste, uma emissora AM denominada Luzes da Ribalta. Não tem um ano sequer esta concessão. Havia mais de um interessado que preenchia os critérios legais. Passamos então a decisão ao senador Covas. Sempre que há um empate entre os interessados, passamos a decisão para o político daquela região. Isso não pode ser considerado irregular. A legislação sobre radiodifusão pode criar novos critérios, mas é muito difícil o governo deixar de ter uma dose de arbítrio no resultado final.

JB — O que mais se pede: emissoras AM ou FM? ACM — Geralmente, quem pede uma emissora FM é o profissional. Os políticos, por causa do alcance, querem AMs.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Quais são os estados com mais canais vagos? ACM — De FM, São Paulo, com 103 canais, Minas, com 86, Rio Grande do Sul, com 82 e Paraná, com 47. De AM, Minas, com 45, Amazonas, com 40, São Paulo e Pará com 36.

JB — É verdade que o Sr distribuiu mais concessões para políticos que defendem o mandato de cinco anos para o presidente Sarney? ACM — Não. O que pode ter dado margem a este tipo de comentário é que fui muito procurado por aqueles políticos que defendem os cinco anos do que pelos demais. Agora, é preciso se acabar de vez com esta idéia generalizada de corrupção, quando o ministro está agindo estritamente dentro da lei, sem praticar qualquer ato que possa sofrer uma acusação. Corrupção existe quando se obtém uma concessão do poder concedente para depois vendê-la e levantar um lucro.

JB — Ainda existem muitos canais de rádio disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

JB — Há ainda quantas concessões disponíveis? ACM — Há, em todo o Brasil, 405 canais vagos de AM e 627 de FM. 1.167 emissoras estão em operação, 199 em fase de instalação e 130 em fase de edital, todas AM. De FM, há 517 canais em operação, 316 em fase de instalação e 151 em fase de edital.

ACM — Há centenas de rádios para conceder. As concessões de AM são da competência exclusiva da presidência, como as concessões de TV. O presidente assina e o ministério referencia. As concessões de FM, por delegação do presidente, são distribuídas pelo próprio Ministério das Comunicações.

JB — Como estão as relações entre o governo federal e os governadores? ACM — Seria um absurdo declarar que o governo Sarney é popular. Agora, existem muitos governadores que são impopulares em seus estados e que querem transferir para o governo federal as suas culpas, enquanto fazem anunciar em suas TVs programas administrativos com recursos liberados por Brasília. E depois vão à imprensa se dizer retaliados pelo governo Sarney. No caso, a culpa também é do governo federal, que já devia ter montado uma máquina decente de comunicação para combater este tipo de propaganda.

JB — Mas o governo Sarney não está retaliando contra certos estados? ACM — Esta história de retaliação não é verdadeira. O que existe de fato é uma retaliação interna em cada estado dos governadores contra seus adversários políticos. Este fenômeno só não acontece, por exemplo, no Rio, até por uma questão de temperamento do governador Moreira Franco, em São Paulo e no Rio Grande do Sul... acho que a lista para por aí.

JB — Mas a corrupção existe no governo federal? ACM — É muito fácil falar-se em corrupção sem apontar casos concretos. Eu quando falei apontei. Na história do Sr Paulo Maluf, por exemplo, foram mostrados casos concretos como a Lutfalla, Paulipetro e muitos outros. Só eu levei à Justiça 32 casos contra ele. Se não deu em nada, a culpa não é minha. Acho que é um dever indicar provas de corrupção para a adoção de medidas. Se existirem provas de corrupção e nenhuma ação for tomada, aí há a conivência. Esta campanha toda sobre a corrupção no governo está produzindo um grande mal na classe política, que está perdendo gradativamente o seu prestígio, em parte porque o homem do povo, na melhor das hipóteses, vê no político um aproveitador. A culpa dos políticos está em não responder diretamente às acusações que lhe são feitas.

JB — Mas os políticos em geral não demonstram uma grande sede de ir ao pote? ACM — Se no regime passado reclamava-se do grande domínio da tecnocracia, no atual se reclama da grande participação de políticos em todos os setores da vida do país. Agora mesmo se cria uma esperança no país com a nomeação do ministro Mailson da Nóbrega para a Fazenda, um homem de fora dos quadros políticos, uma vez que o PMDB dominou esta cadeira nos últimos dois anos, com resultados nada brilhantes.

JB — O Sr se refere ao ex-ministro Furlan? ACM — Sim. Levou o apoio de todo o PMDB, inclusive de Ulysses Guimarães, cuja postura hoje é bem melhor do que a de ontem, porque ele deixou de influenciar diretamente na escolha de administradores e ministros. Aliás, a influência de Ulysses na construção do ministério já era grande até mesmo com Tancredo.

JB — Mas e a sede dos políticos pelo poder? ACM — A abertura política levou, como era de se esperar, sobretudo para os que ficaram fora do poder durante muito tempo, a uma sede só comparável à dos nordestinos nos períodos de seca. A arte de fazer política exige participação de políticos. Mas ela não pode ter um caráter de exclusividade, com os políticos tentando ocupar todos os espaços existentes. Nenhum governo tem o direito de praticar a simonia, de negociar as coisas sagradas.

JB — E o que é sagrado? ACM — Eu considero os ministérios da área econômica como objetos que não são passíveis de negociação com políticos ou partidos. Sem a mesma importância da área econômica, eu incluiria também a Casa Civil.

JB — Por que o Sr é contra eleições este ano? ACM — Entendo que o país precisa de um período de calma para combater a inflação e enfrentar o problema da dívida externa. Neste contexto, as eleições em 88 iriam se transformar num campeonato da demagogia. E se elas acontecerem, o vencedor pagaria um alto preço, porque não poderia cumprir as promessas que fizesse ao eleitor nem tampouco responder às suas aspirações.

JB — Mas este contexto de inflação e dívida externa tende a permanecer por um longo tempo. Portanto, pelo que o Sr disse, o país jamais realizaria eleições? ACM — Não, não é isso. Em 1989, a inflação vai estar em patamares suportáveis e a avaliação popular sobre Sarney será feita com mais justiça. O atual governo se depara com graves problemas e não será sem medidas enérgicas que se fará o caminho para a estabilização econômica e do regime.

JB — Por que esta estabilização parece emperrada? ACM — Se o presidente não o fez, isso se deve a pressões que ele tem que enfrentar e que são do conhecimento público. Mas ele já deveria tê-lo feito. Para se fazer justiça ao presidente Sarney, é melhor vê-lo agora com diminuta popularidade do que no seu auge. Ali só havia a ilusão do êxito, que só beneficiou o PMDB nas eleições de 86. E nem assim o presidente recebeu a gratificação dos estados.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido não tem como ganhar nas capitais.

JB — O Sr acha então que Sarney irá conseguir os cinco anos de mandato? ACM — Na verdade, a eleição em 88 não é desejada pelos políticos. Agora, se você perguntar ao povo, o desejo de eleições em 88 é geral. Então, se é para atender a vontade popular, por que não se fazem eleições gerais, para todos os níveis? Por que o PMDB sabe que isto não é bom para ele. Ele sabe, por exemplo, que o partido